

# Brasil retorna às urnas para eleger seus representantes

Cerca de 155 milhões de brasileiros devem escolher no ano que vem os próximos presidente, governadores, senadores e deputados

Bolívar Cavalar  
bolivarc@jcrs.com.br

Cerca de 155 milhões de brasileiros estarão aptos a irem às urnas em 2026 para escolherem presidente, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. O 1º turno e 2º turno devem ocorrer no primeiro e no último domingo de outubro do ano que vem.

O Senado Federal passará em 2026 por uma renovação de dois terços de suas cadeiras, com a eleição de 54 novos parlamentares. Diferente da Câmara, onde o mandato é de quatro anos, os senadores ocupam o cargo por oito. Em razão disso, a renovação da casa de 81 membros ocorre de forma alternada: enquanto em 2022 apenas uma vaga por estado foi disputada – equivalente a um terço –, no próximo ano, eleitores deverão votar em dois representantes para cada unidade federativa.

Na Câmara dos Deputados a renovação de cadeiras é integral e em 2026 serão eleitos 513 parlamentares. Nesta casa, a divisão de representantes por estado é proporcional à população do último Censo, no caso, o de 2022. Apesar disso, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o número de deputados por unidade federativa será mantido igual ao quadro das últimas eleições gerais, e as mudanças populacionais registradas no último levantamento só serão aplicadas em 2030. O RS elegerá 31 deputados federais.

No âmbito dos 26 estados e do Distrito Federal também haverá votação para o preenchimento de todas as cadeiras nas Assembleias Legislativas. No RS, são 55 deputados estaduais.

As eleições majoritárias, para

## Calendário eleitoral de 2026, conforme a legislação (TSE ainda não publicou o cronograma oficial)

O quê?	Quando?
Janela partidária	Entre março e abril (seis meses antes do pleito)
Desligamento de cargos no Executivo de quem vai concorrer	Início de abril
Convenções partidária	Entre 20 de julho e 5 de agosto
Registro de candidaturas	Até 15 de agosto
Início da propaganda eleitoral	16 de agosto
1º turno	4 de outubro
2º turno	25 de outubro

governador e senador, se diferem das proporcionais, de deputados federais e estaduais. No primeiro caso, cada partido indica apenas um representante – ou dois, com o vice, em caso de chapa pura ao Executivo -, podendo também formar coligações com outras siglas. Já nos pleitos proporcionais as legendas apresentam diversas candidaturas, e os eleitos são definidos com base nos quocientes eleitoral e partidário.

Há um limite, porém, no número de candidatos que os partidos podem ter para cada casa legislativa, que é definido pelo número de cadeiras disponíveis mais um. Ou seja, no RS, cada sigla pode apresentar 32 nomes para concorrer a deputado federal e 56 para estadual. Além disso, as legendas precisam ficar atentas às cotas de gênero, que impõem uma representação de ao menos 30% das candidaturas para cada gênero.

Quanto ao calendário eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não divulgou as datas oficiais, mas elas obedecem a uma legislação específica, o que lhes confere previsibilidade. O 1º turno ocorre no primeiro domingo de outubro – em 2026, será no dia 4 –, enquanto o 2º turno é no último domingo do mês – dia 25.

As convenções partidárias, em que as siglas apresentam candidatos, ocorrem entre 20 de julho e 5 de agosto, e o prazo para o registro

### O que está em jogo?

Serão eleitos em 2026 o próximo presidente da República, vice-presidente, 27 governadores, 2/3 do Senado Federal, 513 deputados federais, deputados estaduais para as 26 Assembleias Legislativas e deputados distritais para a Câmara Legislativa do DF.

de candidaturas é 15 de agosto. No dia seguinte, em 16 de agosto, iniciam as propagandas eleitorais.

Também está previsto no calendário eleitoral a abertura da janela partidária, um período de 30 dias que ocorre seis meses antes do pleito de outubro – entre março e abril de 2026 –, quando parlamentares com mandato podem migrar de um partido a outro. Este mesmo período é o limite para a oficialização de federações partidárias, em que legendas diferentes se unem e, na perspectiva da Justiça Eleitoral, são entendidas como um partido único.

Outra questão é sobre o desligamento de ocupantes de cargos executivos, como governadores, ministros, secretários estaduais e municipais, que pretendem concorrer nas eleições, à exceção daqueles que tentarão a reeleição. Pela legislação eleitoral, precisam sair de suas funções seis meses antes das eleições.

## Disputa ao Planalto tem Lula pela esquerda e indefinição na direita

Os movimentos políticos e partidários para apresentar candidatos à Presidência da República em 2026 se intensificam na medida em que as eleições vão se apresentando. Entre muitas dúvidas sobre a nominata, há apenas uma certeza: pela esquerda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será candidato à reeleição. A indefinição que existe é sobre qual ou quais serão os candidatos da direita e do centro que disputarão o Palácio do Planalto com o atual chefe do Executivo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), derrotado por Lula no pleito de 2022, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à prisão por 27 anos por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes, e está inelegível. Apesar disso, indicou o seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), para ser candidato à Presidência da República em 2026.

Além dele, são muitos os

governadores em fim de segundo mandato que pleiteiam uma indicação de seus partidos para concorrer ao cargo máximo da política brasileira. Pelo PSD, disputam indicação o gaúcho Eduardo Leite e o paranaense Ratinho Júnior. Pelo Novo, o mineiro Romeu Zema tenta se consolidar como o nome da direita. No União Brasil, o goiano Ronaldo Caiado já anunciou a sua pré-candidatura.

Outro possível presidenciável é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que, diferentemente dos outros chefes de Executivo estaduais que se apresentam na disputa ao Planalto, está em primeiro mandato e pode concorrer à reeleição. Tarcísio ainda não manifestou com clareza se pretende concorrer ao Planalto ou ao governo paulista, mas seu nome é apontado como um dos possíveis representantes da direita na disputa contra Lula.

## Possíveis candidatos à Presidência da República

Candidato	Partido	Situação
Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Pré-candidato à reeleição
Flávio Bolsonaro	PL	Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro
Romeu Zema (governador de MG)	Novo	Pré-candidato ao Planalto
Ronaldo Caiado (governador de GO)	União Brasil	Pré-candidato ao Planalto
Tarcísio de Freitas (governador de SP)	Republicanos	Ainda não decidiu se será candidato à reeleição em SP ou ao Planalto
Eduardo Leite (governador do RS)	PSD	Aguarda indicação do partido
Ratinho Júnior (governador do PR)	PSD	Aguarda indicação do partido

Rio Grande do Sul elegerá dois senadores neste ano; nominatas ainda não estão completas

Os gaúchos que vão às urnas no ano que vem terão de exercer dois votos para senador. Encerram-se, em 2026, os mandatos de Paulo Paim (PT) e Luis Carlos Heinze (PP) no Congresso Nacional, abrindo vaga para dois outros nomes – o petista já confirmou que não concorrerá à reeleição,

enquanto o parlamentar do Progressistas ainda não decidiu sobre a candidatura, mas a tendência é que não dispute o Senado.

O momento é de anúncio de pré-candidaturas e de especulações sobre os nomes que devem participar da corrida eleitoral. Já foram confirmados na disputa ao

Senado o deputado federal Paulo Pimenta, pelo PT; o deputado federal Marcel van Hattem, pelo Novo; o deputado federal Sander-son, pelo PL; e a ex-deputada federal Manuela d'Ávila, pelo PSOL. Além destes, especula-se que o governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) pode concorrer ao

pleito. Anteriormente, ele se colocou à disposição do partido, ao qual se filiou em 2025, para disputar a Presidência da República, mas por conta da concorrência na própria sigla, que pode indicar o governador do Paraná, Ratinho Júnior, ao Planalto, é provável que o chefe do Executivo do Rio

Grande do Sul dispute o Senado.

Outro nome que se apresenta, pelo MDB, é o do ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto, que se colocou à disposição do partido para concorrer ao Senado, mas a sua candidatura ainda não foi confirmada pela sigla, que discute alianças.